

O LUGAR DA DOCUMENTAÇÃO NOS DEBATES SOBRE TRATAMENTO DOS DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS NO BRASIL

Eliane Bezerra Lima

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais; arquivista na Universidade Federal de Minas Gerais.

E-mail: elianebezerra@gmail.com

Ivana Denise Parrela

Professora associada da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais; graduada em História, pela Universidade Federal de Ouro Preto; especialista em Organização de Arquivos, pela Universidade de São Paulo; mestrado e doutorado em História, pela Universidade Federal de Minas Gerais.

E-mail: ivanaparrela@ufmg.br

Resumo: Este artigo tem por objetivo apresentar o entendimento do conceito de arquivo, com base na publicação *Traité de documentation* (1934), de Paul Otlet, traduzida para o português em 2018 (*Tratado de Documentação*). Visa, também, esclarecer como a ideia de documentação chegou ao Brasil e como se inseriu no campo da Arquivologia. Trata-se de pesquisa histórica e documental, que utiliza como fonte privilegiada a obra supracitada bem como sua recepção pelos programas educativos do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) e pelos cursos universitários de Arquivologia a partir da década de 1970. Ao estudar como os documentos arquivísticos foram abordados na proposta de Paul Otlet, o trabalho se justifica por trazer ao debate elementos cujos estudos na Arquivologia são escassos, podendo contribuir para o fortalecimento do campo.

Palavras-chave: Arquivologia. Documentação. Ciência da Informação



1 INTRODUÇÃO

O surgimento da documentação enquanto proposta de campo de estudo científico tem raízes na Biblioteconomia do século XV (MARQUES, 2011, p. 163). No entanto, ganhou notoriedade graças aos juristas belgas apaixonados por bibliografia Paul Otlet e Henri La Fontaine, os quais se dedicaram ao desenvolvimento de métodos orientados para o tratamento documental, independente do tipo ou do suporte a que o documento estivesse vinculado.

Este artigo apresenta um recorte de dissertação defendida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais e tem por objetivo discutir o entendimento do conceito de arquivo com base na publicação *Traité de documentation* (1934), de Paul Otlet, traduzida para o português em 2018 pela editora Briquet de Lemos (*Tratado de Documentação*). Visa, também, esclarecer como a ideia de documentação chegou ao Brasil e como se inseriu, ou não, no campo da Arquivologia.

Trata-se de pesquisa histórica e documental, que utiliza como fonte privilegiada a obra supracitada, tendo em vista suas apropriações pelo Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) e pelos três primeiros cursos de graduação em Arquivologia estabelecidos nas universidades. Ao estudar como os documentos de arquivo foram abordados na proposta de Paul Otlet, o trabalho se justifica por trazer ao debate elementos de uma temática cujos estudos são escassos no campo arquivístico, podendo contribuir para o fortalecimento do campo.

A seguir, contextualizam-se o surgimento da documentação no século XIX, contemplando o tratamento dos arquivos segundo a proposta de Otlet. Na sequência, debate-se sobre como o conceito chegou ao Brasil e como foi operada sua inserção nas grades curriculares das nascentes graduações em Arquivologia no final dos anos 1970.

2 DOCUMENTAÇÃO

A partir de seu contato com o sistema de Classificação Decimal de Dewey (CDD), em 1895, Paul Otlet e Henri La Fontaine adaptaram o instrumento, visando criar um esquema de cooperação bibliográfica internacional capaz de abarcar todo o conhecimento humano. Em 1904, publicaram o sistema de Classificação Decimal Universal (CDU), largamente utilizado nos países europeus até os dias atuais.

A ideia de bibliografias universais já era vislumbrada desde o século XV. Todavia, somente a partir do Iluminismo é que se difundiu a crença de que todo o conhecimento existente poderia ser apreendido, classificado e controlado por meio das enciclopédias e da bibliografia. No mesmo ano em que a CDU foi publicada, seus autores criaram o *Institut International de Bibliographie* (IIB), mais tarde, *Fédération Internationale de Documentation* (FID), órgão que abrigaria o *Repertoire Bibliographique Universel* (RBU), arrojado projeto que tinha por finalidade reunir em pequenas fichas a representação de toda produção intelectual, com a perspectiva de tornar os registros da humanidade acessíveis, com base nos preceitos da cooperação internacional e da livre troca de informações (JUVÊNCIO; RODRIGRES, 2016, p. 275).

De acordo com Silva e Ribeiro (2002, p. 46), o sistema de informação concebido por Otlet e La Fontaine funcionava não como uma biblioteca tradicional, na qual se reuniam fisicamente documentos, livros e periódicas, mas, sim, como um centro difusor de informação, no qual os aspectos do acesso e da divulgação predominavam de forma absoluta.

Tal sistema de informação, conforme Ortega (2009, p. 61), chegou a ter 16 milhões de fichas catalogadas em 1934. Fonseca (1973, p. 41-42), por seu turno, afirma que a Primeira Guerra Mundial contribuiu para o fracasso da experiência de estabelecer o primeiro catálogo coletivo universal.

Paul Otlet se destacou nos estudos dos métodos documentais. Ele divulgou a obra *Traité de documentation* (1934), no primeiro Congresso Mundial de Documentação, realizado em Paris, em 1937. Isso significou, conforme Rayward (2018, p. 25), a ampliação da difusão das ideias de Otlet, já bem aceitas em diversos países, de que seria preciso reunir e inter-relacionar todos os documentos em seus diversos formatos, de modo a universalizar o conhecimento. Assim, o arquivo, a biblioteca e o museu deveriam ser vistos como aspectos de uma única organização documentária.

O *Traité de documentation* foi organizado na forma de uma tabela de assuntos, na qual o conteúdo se desdobrava em seções temáticas. Aborda, especificamente, os arquivos em dois tópicos: a) ao se referir a documentos gráficos; e b) em item específico, para tratar de arquivos antigos (1934) ou históricos (na tradução de 2018).

Paul Otlet (1934, p. 6) argumenta que a documentação tinha por objetivo fornecer informações corretas, confiáveis, completas, atualizadas e de forma rápida ao maior número possível de pessoas. Para isso, subdividiu o campo nos seguintes segmentos, que, segundo ele, se misturavam e se combinavam: 1) documentos particulares; 2) biblioteca; 3) bibliografia; 4) arquivo documentário; 5) arquivo administrativo; 6) arquivo antigo; 7) documentos diferentes dos textuais (documentos sonoros, audiovisuais, etc.); 8) coleções museográficas; e 9) enciclopédia.

3 ARQUIVOLOGIA E DOCUMENTAÇÃO

Arquivologia, Biblioteconomia e Documentação, em seus primórdios, eram campos que detinham grandes confluências no que diz respeito à compreensão dos documentos. No entanto, desenvolveram-se cientificamente, consolidando métodos e princípios próprios atinentes às necessidades do trabalho de cada campo.

Shera e Egan (1961, p. 15-16) salientam que até fins do século XIX o crescimento dos arquivos e a ausência de tratamento dos documentos apresentavam um problema sem solução, pois não haviam sido aperfeiçoadas técnicas adequadas à análise desse material, o pessoal não estava preparado e não havia recursos para financiar operações reconhecidamente caras. Por isso, os autores acreditavam que no início a Arquivologia e a Documentação eram entendidas como um único campo.

Marques (2011, p. 163) assinala que até as últimas décadas do século XIX a Arquivologia e a Biblioteconomia, cada uma com suas especificidades, comportavam-se como campos complementares. Entretanto, conforme a autora, em 1892 surgiu, formalmente, uma nova disciplina, com preocupações acadêmicas e científicas: a Documentação, que, apesar de interdisciplinar, apresentava-se como diferente da Biblioteconomia.

No tocante às definições dos arquivos enquanto partes da documentação, é importante elucidar a compreensão na obra de Otlet do “arquivo documentário” enquanto conjunto de dossiês composto por documentos originais, na íntegra ou fragmentados, selecionados a partir de recorte de publicações ou de outros documentos, a fim de formar conjuntos que tratem das mesmas questões. Trazendo para a nossa realidade, o arquivo documentário se aproximaria da definição de centros de documentação, que as vezes significam o desmantelamento dos fundos ao apontar como possibilidade de tratamento a seleção de documentos “na íntegra” ou “fragmentados”.

O Centro de Documentação, conforme Tessitore (2003, p. 13-14) representa a mescla das

entidades arquivo, biblioteca e museu, sem, no entanto, se identificar com nenhuma delas nem possuir teoria ou metodologia específica para o tratamento do acervo, reunindo, por compra, doação ou permuta, documentos únicos ou múltiplos de origens diversas sobre uma área específica da atividade humana. Apesar de trabalhar nessas instituições ao longo de toda sua carreira, Tessitore (2011, p.171) preconizava o uso da teoria e da metodologia da Arquivologia para o tratamento dos documentos de arquivo presentes nos centros de documentação, respeitando a *organicidade* dos conjuntos documentais.

De volta ao Tratado, o “arquivo administrativo”, quinta subdivisão da documentação, compreende ofícios, cartas, relatórios, estatísticas e contas relativos a uma instituição, os quais podem formar dossiês de pessoas, entidades ou assuntos, sempre voltados a municiar a administração de informação estratégica. Nesta concepção, este arquivo se relaciona aos documentos de uso corrente.

O “arquivo antigo”, por sua vez, é constituído por documentos do passado, comumente manuscritos e originais, relativos a administrações anteriores. Compreende, principalmente, títulos legais de organismos públicos e documentos privados de famílias ou de estabelecimentos comerciais. Assemelha-se, em nosso entendimento, aos documentos de guarda permanente.

Tendo em vista tais abordagens de arquivo, passa-se a destacar o grau de sofisticação da publicação otletiana ao contemplar documentos arquivísticos de forma bastante complexa. A afirmativa se baseia na presença em *Traité de documentation* de diversos estudos voltados ao campo dos arquivos, tais como: *De re diplomatica* (1681), de Jean Mabillon; *Elements de paléographie* (1838), de Natalis de Wailly; e a tradução adaptada aos arquivos da Bélgica de *Handleiding voor het ordenen en beschrijven van archieven – Manual de Arranjo e Descrição de Arquivos* – (1898), da Associação dos Arquivistas Holandeses.

Na primeira seção, em que se abordam os arquivos, Otlet admite a tripla compreensão do que seja “arquivo”: a) coleção dos documentos públicos e privados recebidos ou formalmente elaborados por uma instituição; b) local onde essa coleção é conservada; e c) órgão da administração que preserva e administra o material.

O *Tratado* belga considera abordagens epistemológicas próprias da Arquivologia, por exemplo, a definição de fundo de arquivo constante do manual holandês.

Arquivo é o conjunto de documentos escritos, desenhos e material impresso, recebidos ou produzidos oficialmente por determinado órgão administrativo ou por um de seus funcionários, na medida em que tais documentos se destinavam a permanecer na custódia desse órgão ou funcionário (ARQUIVO NACIONAL, 1973, p. 13).

Quando colocada lado a lado com a definição de Paul Otlet, é possível constatar que o autor apenas utilizou o termo *fundo* (fond) no lugar de *arquivo* (archieff), sem, no entanto, referenciar os estudiosos holandeses.

Um fundo de arquivo é o conjunto dos documentos escritos, desenhados ou impressos, recebidos *ex officio* por uma instituição ou por seus funcionários, ou emanado deles, desde que esses documentos se destinem a ser mantidos por essa instituição ou esses empregados (OTLET, 2018, p. 321-322).

O *Tratado* avança em questões arquivísticas. Diferencia, por exemplo, documentos históricos de documentos administrativos, considerando as relações entre eles em suas diferentes idades. Para isso, propõe duas denominações distintas: “arquivo”, para designar o fundo de documentos antigos; e “documentação administrativa”, para caracterizar os documentos necessários ao funcionamento de qualquer instituição. Admite, com isso, que, na realidade, existem laços muito estreitos entre ambos, uma vez que os “arquivos” foram no passado documentação administrativa e que, simultaneamente, a reorganização dos documentos administrativos impactará o futuro dos arquivos históricos.

Otlet considera as diferentes entidades mantenedoras e os diferentes tipos de acesso às informações com base na idade dos documentos. Compreende que os “arquivos antigos” são acessíveis ao público, ao passo que os “arquivos administrativos” visam atender exclusivamente às necessidades da administração e não podem dispor da mesma publicidade que os primeiros.

O autor registra a preocupação com a conservação de longo prazo e com as relações estruturais inerentes aos documentos. Afirma que o propósito da implantação de arquivos é, principalmente, zelar pela preservação dos atos legais e pela manutenção dos registros da história e das informações científicas de natureza social. Ele aponta que relações orgânicas devem ser estabelecidas entre o arquivo administrativo e o arquivo antigo.

Seguindo, novamente, o manual dos arquivistas holandeses, o *Tratado* considera a transferência de documentos, inclusive, mencionando o prazo médio de vinte e cinco anos para fazê-lo, e determina que a eliminação de documentos não deve ocorrer de forma isolada.

Segundo Otlet, diversos países adotaram disposições muito específicas para o descarte e a eliminação de documentos de arquivo. Ao tratar do descarte, aborda, também, a necessidade da transferência de documentos. Isto é, os órgãos da administração devem ter a faculdade de transferir, “a qualquer tempo”, para o arquivo do Estado os documentos que não são mais utilizados. Para isso, orienta que uma pessoa deveria ser designada como responsável pela guarda e eventual transferência ao Arquivo Nacional e que, sob o direcionamento desta entidade, jamais de modo isolado, as administrações teriam o direito de ordenar a destruição dos documentos.

O Tratado de Documentação considera parte da nascente produção intelectual ocidental referente à prática em arquivos, que atingiria a maturidade profissional a partir do trabalho dos arquivistas holandeses Samuel Muller (1848-1922), Johan Feith (1858-1913) e Robert Fruin (1857-1935).

4 DOCUMENTAÇÃO NO BRASIL

No Brasil, Fonseca (1961, p. 270) enfatiza que Manuel Cícero Peregrino Silva, diretor da Biblioteca Nacional de 1900 a 1921, foi seduzido pela CDU e pelos trabalhos do *Institut International de Bibliographie*, fundando, inclusive, o Serviço de Bibliografia e Documentação, em correspondência com o IIB, de Otlet, embora sua iniciativa não tenha avançado, somente sendo efetivada em 1954, como se verá adiante.

Juvêncio e Rodrigues (2016) destacam a adoção das ideias de Paul Otlet nos primeiros anos do século XX também por Victor da Silva Freire, vinculado à Escola Polytechnica de São Paulo; José Augusto dos Santos Porto, à frente da Biblioteca da Marinha; e Benjamin Franklin Ramiz Galvão, dirigente do Real Gabinete Português de Leitura. Isso significa que, a partir de 1901, Otlet já era apreciado intelectualmente pelos brasileiros.

Ramiz Galvão teve importante papel na difusão de metodologias da Biblioteconomia no período em que esteve à frente da Biblioteca Nacional (1870-1882). Na mesma época, foi importante interlocutor nas discussões sobre o moderno tratamento dos documentos de arquivo, de Machado Portela, então dirigente do Arquivo Nacional (1873-1898). No entanto, na abordagem de Juvêncio e Rodrigues (2016), ele se destaca como entusiasta dos estudos sobre documentação no período em que esteve à frente do Real Gabinete.

Sobre a aplicação do conceito no Brasil, a tese de Nanci Oddone (2004, p. 102) enfatiza que, no contexto das duas primeiras décadas do século XX, tal concepção, embora conhecida dos intelectuais, não possuía representatividade no País. De acordo com a autora, foi por meio do órgão que tinha por objetivo modernizar a administração pública, o Departamento Administrativo do Serviço Público (1938), e do seu Serviço de Documentação que a “documentação administrativa” foi difundida, apropriando-se do conceito de documentação, tal como proposto por Paul Otlet, havia disseminado na década de 1930.

Fonseca (1973, p. 42) explica que após a instauração do governo Vargas, em novembro de 1937, velhos Serviços de Publicidade se transformaram em Serviços de Documentação, tanto o serviço do DASP quanto do Ministério da Educação e Saúde, do Ministério da Agricultura, entre outros. Serviços de Documentação foram igualmente criados em locais que não dispunham de Serviço de Publicidade, como no Ministério das Relações Exteriores e no Ministério da Marinha, embora alguns desses se limitassem a publicar livros e revistas de propaganda governamental.

Em consonância com Marques (2011, p. 163), Santos (2018, p. 139) reitera que nos anos 1940 não havia no Brasil uma caracterização precisa que demarcasse as diferenças entre Arquivologia, Biblioteconomia e Documentação. Segundo o autor, a temática e o lugar dos arquivos na “reforma daspeana” refletem um quadro fragmentado e com baixa consistência conceitual, no

qual os arquivos conviviam com a documentação, a publicação de documentos oficiais, a estatística e a elaboração de relatórios, além de outras atividades inerentes à gestão de documentos, como, o protocolo e o controle dos processos e dos documentos.

Parte da estrutura organizacional do Serviço de Documentação do DASP, a Revista do Serviço Público utilizou o termo documentação, muitas vezes, para se referir a todo tipo de produção intelectual, como compreendia Paul Otlet. Além de referenciá-lo em diversos artigos, em 1946 o periódico publicaria a tradução de fragmentos do *Traité de Documentation* na forma do artigo “Documentos e Documentação”.

A temática era tão recorrentemente no periódico que o DASP lançou *Diretrizes da Documentação* (1964), uma antologia que reunia 29 textos sobre o tema, entre artigos, traduções e editoriais publicados na Revista do Serviço Público, entre 1944 e 1961.

A revista também utilizou o termo documentação, ou *documentação administrativa*, para aludir ao tratamento técnico e a gestão de documentos. Nesse sentido, “documentação administrativa” é definida como o conjunto de operações documentárias e dos documentos que informam ou instruem os agentes da Administração Pública, permitindo-lhes, em qualquer circunstância, tomar decisões com conhecimento de causa, além de constituir um meio pelo qual a administração presta conta de seus serviços à coletividade (BRASIL, 1964, 44).

Para o Serviço Público, documentação é a junção de documentos, tais como, portarias, decretos, exposições de motivos, relatórios, discos, filmes e livros; enfim, tudo o que se refere a planejamento, elaboração e histórico dos atos governamentais, teorias e técnicas de seu interesse, para colecionamento ou arquivamento, com o intuito de informar, divulgar e, sobretudo, servir de repositório para a ação futura da administração. (BRASIL, 1964, p. 29). O mesmo artigo identifica o Arquivo Nacional como instituição responsável pela guarda e exibição de documentos históricos, assim como os museus (BRASIL, 1964, p. 33).

Para Fonseca (1973, p. 43), o Serviço de Documentação do DASP não entendeu documentação no sentido técnico da palavra, nem esse era seu objetivo. No entanto, procurou debater o problema em cursos especializados, editoriais e artigos da Revista do Serviço Público.

O DASP também promovia capacitação em documentação, por exemplo, por meio da promoção, em 1950, de curso com carga horária de 80 aulas e 20 dias de estágio prático, que mesclava conteúdo programático de técnicas de arquivamento e de Biblioteconomia (BRASIL, 1964, p. 28).

Documentação administrativa era compreendida pelo DASP como instrumento apto a atingir dois objetivos: constituir-se em sustentáculo para a eficácia e a eficiência da administração; e satisfazer as necessidades coletivas do acesso à ciência, à técnica e à cultura (BRASIL, 1964, p. 339). Em ambas as hipóteses, a documentação estava associada ao desenvolvimento e ao progresso

do País.

Exceto pela iniciativa do DASP em adotar o termo documentação, inclusive em sua estrutura organizacional, o conceito só tornaria a aparecer na segunda metade da década de 1950, por força das demandas originadas no Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD) (ODDONE, 2004, p. 105), atual Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), que, conforme Jardim (1995, p. 23), em termos macroestruturais, forma junto com o Arquivo Nacional e a Biblioteca Nacional, os três órgãos referenciais no campo documental-informacional da Administração Pública Federal.

Para Gomes (1973, p. 19-21), no entanto, o IBBB considerava a Arquivologia como parte integrante da Documentação entendendo “documento” com o sentido amplo do pensamento de Otlet, muito embora a própria FID ignorasse os problemas típicos dos arquivos e não operacionalizasse corretamente os conceitos de fundo e de ciclo de vida dos documentos. Segundo a autora, muito embora o Arquivo Nacional demonstrasse preocupação com a formação de pessoal e a Biblioteconomia tivesse incluído disciplinas de arquivos em alguns currículos, nenhum desses cursos conseguiu formar pessoal para suas maiores demandas, isto é, para arquivos e serviço de informação de empresas, escritórios e indústrias.

5 RELAÇÃO DAS PRIMEIRAS GRADUAÇÕES EM ARQUIVOLOGIA COM A DOCUMENTAÇÃO

Por todos os avanços alcançados pela Arquivologia na década de 1970 (por exemplo, autorização para a criação de cursos de Arquivologia em nível superior, fundação da Associação dos Arquivistas Brasileiros, realização do 1º Congresso Brasileiro de Arquivologia e regulamentação profissional), esta é considerada o grande eixo cronológico para a demarcação do quadro institucional e epistemológico do campo no Brasil, como se constata em Silva (2013), Marques (2011), Santos (2008); Jardim (1995) e Barros (2015), entre outros.

Monteiro (1988, p. 79) avalia que, ao contrário da tradição hispano-portuguesa, em que o ensino arquivístico manteve estreito laço com o biblioteconômico, no Brasil este se estruturou de modo independente como curso superior em nível de graduação, afastando-se dos três sistemas de organização até então consagrados: a) escola vinculada a um grande arquivo; b) curso sob a responsabilidade de departamentos de história das universidades; e c) centros arquivísticos associados a uma escola de biblioteconomia (MONTEIRO, 1988, p. 79).

As referências teóricas da área indicam que a Biblioteconomia absorveu os princípios da documentação (SILVA; RIBEIRO, 2002, p. 50-51) e que a evolução deste campo se vincula claramente ao que hoje se denomina “Ciência da Informação” (SILVA; RIBEIRO, 2002; FONSECA, 2005; ORTEGA, 2009).

A Arquivologia no Brasil, no entanto, constituiu-se apartada da Biblioteconomia e da Ciência da Informação. Embora, a temática do tratamento de arquivos tenha estado presente em eventos científicos da Biblioteconomia, especialmente antes da criação dos cursos universitários no país¹. Fonseca (2005, p. 9) afirma que houve uma exclusão mútua entre os campos epistemológicos, em que tanto a Arquivologia quanto a Ciência da Informação têm desconsiderado suas relações interdisciplinares.

Mesmo que o campo arquivístico não tenha Paul Otlet entre seus referenciais teóricos privilegiados, constata-se que a disciplina Documentação foi estabelecida como item obrigatório no currículo mínimo aprovado pelo Conselho Federal de Educação em 1974 e, obviamente, se replicou nos programas pedagógicos das primeiras universidades a institucionalizarem a graduação em Arquivologia no Brasil.

A Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) manteve no currículo do curso de graduação em Arquivologia a disciplina Documentação até 1990; a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), até 2004; e a Universidade Federal Fluminense (UFF), até 2006, sem, no entanto, estabelecer um diálogo contínuo entre os campos Documentação, ou Ciência da Informação.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Salienta-se neste debate a desconexão não somente entre Arquivologia e Documentação, mas, antes disso, entre os documentalistas (e bibliotecários) e os historiadores, no século XIX e início do século XX, vistos como usuários preferenciais dos arquivos. Paralelamente a esse fervilhar da documentação, historiadores influenciados pela *École des Annales* ampliaram a compreensão do que é o documento histórico, reconhecendo que todo documento possui historicidade. Sobre isso, Le Goff (2003) refletiria mais tarde sobre a carga subjetiva que os documentos carregam.

O Tratado de Documentação pode ser compreendido como uma tentativa enciclopédica de reunir conhecimentos sobre a gestão dos suportes documentais da produção intelectual e administrativa humana. A complexidade da abordagem de arquivo presente no Tratado de Otlet se desenvolveu a partir das influências epistemológicas do campo da Arquivologia, nem sempre claramente referenciadas por Otlet.

Embora o autor belga considere autores chaves do campo de estudo dos arquivos, faltam algumas referências (diretas) importantes, como é o caso de Hilary Jenkinson (1882-1961), ausente no *Traité de Documentation*, quando já havia publicado o *Manual of Archive Administration*

¹ A presença do tema pode ser mais bem identificada no levantamento das publicações nos eventos feito por Lindaura Corujeira (1977).

(1922), e do italiano Eugenio Casanova (1867-1951), cuja publicação *Archivistica* (1928) também não é contemplada.

E, mesmo que o *Manual de Arranjo e Descrição de Arquivos* dos arquivistas holandeses seja mencionado em notas no Tratado otletiano, ele não é chamado para a constituição das definições que já reunia em 1898.

A inserção do conceito de documentação no Brasil se deu, notadamente pelo DASP, por intermédio de seu veículo de comunicação, a Revista do Serviço Público, e foi mais tarde inserido nas grades curriculares dos primeiros cursos de graduação em Arquivologia.

A documentação se associou em seu desenvolvimento à Biblioteconomia e à Ciência da Informação. Ainda hoje, em algumas universidades, existem cursos nomeados “Biblioteconomia e Documentação” (algumas graduações assim chamadas passaram a denominar-se “Biblioteconomia e Ciência da Informação”), como na Universidade Federal de Sergipe (UFS), na Universidade Federal Fluminense (UFF), e na Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Tal iniciativa, todavia, não significou a sobreposição da Arquivologia pela Documentação, tendo em vista que tanto na UFF quanto na UFBA os cursos citados convivem mutuamente com graduações em Arquivologia, que, por sua vez, não incorporaram a perspectiva de Otlet ou de outras metodologias de tratamento de documentos além da epistemologia arquivística. A Arquivologia trilhou seu próprio caminho para constituir-se em um campo profissional e científico autônomo, desconsiderando, em parte, a referência de documentação feita pelo autor belga.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL. (BRASIL). **Manual de Arranjo e descrição de arquivos**. Preparado pela Associação dos Arquivistas holandeses. Trad. de Manoel Adolpho Wanderley. 2a ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1973. 167 p. Disponível em: http://www.arquivonacional.gov.br/media/manual_dos_arquivistas.pdf. Acesso em: 20 jan. 2019.

BARROS, Thiago Henrique Bragato. **Uma trajetória da arquivística a partir da análise do discurso: inflexões histórico-conceituais**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. (Coleção PROPG Digital - UNESP). ISBN 9788579836619. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/138613>. Acesso em 12 mar. 2019.

BRASIL. Conselho Federal de Educação. **Resolução n.º 28, de 13 de maio de 1974**. Diário Oficial, Brasília, DF, 27 mai. 1974. Seção 1, p. 27.

BRASIL. **Diretrizes da documentação**. Rio de Janeiro: Departamento Administrativo do Serviço Público/Serviço de Documentação, 1964. 358 p.

CORUJEIRA, Lindaura Alban. Congressos brasileiros de biblioteconomia e documentação: bibliografia. **Revista de Biblioteconomia**. Brasília, v. 5 (1), 1977, p. 317 – 365.

FONSECA, Edson Nery da. Origem, evolução e estado atual dos serviços de documentação no

Brasil. **Revista do Serviço Público**, n. 1, p. 37-52, 1973.

FONSECA, Edson Nery da. A classificação Decimal Universal no Brasil. In: BRADFORD, S. C. **Documentação**. Tradução M. E. de Mello e Cunha. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961, p. 269-278.

FONSECA, Maria Odila Kahl. **Arquivologia e ciência da informação**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. 124 p.

GOMES, Hagar Espanha. Os arquivistas e suas relações com a documentação e a biblioteconomia. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 19-22, abr. 1973.

JARDIM, José Maria. **Sistemas e políticas públicas de arquivos no Brasil**. Niterói: EDUFF, 1995, 196 p.

JUVÊNCIO, Carlos Henrique; RODRIGUES, Georgete Medleg. A documentação no Brasil: primórdios de sua inserção no país (1895-1920). **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, [S.l.], v. 9, n. 1, p. 271-284, nov. 2015. ISSN 1983-5213. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/ojs248/index.php/RICI/article/view/16958>. Acesso em: 08 abr. 2019.

LE GOFF, Jacques. **Documento/Monumento**. In: LE GOFF, Jacques. História e memória. 5. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003. 541 p.

MONTEIRO, Norma de Góes. Reflexões sobre o ensino arquivístico no Brasil. **Acervo**, Rio de Janeiro, v.3, n.2, p.79-89, jul./dez. 1988. Disponível em <http://www.arquivonacional.gov.br/media/v.3,n.2,jun-dez,1988.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2018.

MARQUES, Angelica Alves da Cunha. **Interlocuções entre a Arquivologia nacional e internacional no delineamento da disciplina no Brasil**. 2011. 399 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Faculdade de Ciência da Informação, UnB, Brasília, DF, 2011.

ODDONE, Nanci. **Ciência da informação em perspectiva histórica: Lydia de Queiroz Sambaquy e o aporte da Documentação (Brasil, 1930-1970)**. 2004. 157 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Escola de Comunicação, UFRJ, IBICT, Rio de Janeiro, 2004.

ORTEGA, Cristina Dotta. Surgimento e consolidação da Documentação: subsídios para compreensão da história da Ciência da Informação no Brasil. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 14, n. Special Issue, p. 59-79, 2009.

OTLET, Paul. **Tratado de documentação: o livro sobre o livro teoria e prática**. Brasília: Briquet de Lemos Livros, 2018. 700 p.

OTLET, Paul. **Traité de documentation: le livre sur le livre: théorie et pratique**. Bruxelles: Mundaneum, 1934. Disponível em: https://lib.ugent.be/fulltxt/handle/1854/5612/Traite_de_documentation_ocr.pdf. Acesso em: 15 mar. 2019.

RAYWARD, W. Boyd. Organização do conhecimento e um novo sistema político mundial: ascensão e queda e ascensão das ideias de Paul Otlet. In: OTLET, Paul. **Tratado de documentação: o livro sobre o livro teoria e prática**. Brasília: Briquet de Lemos Livros, 2018. p. 11-27.

SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. **A arquivística no laboratório: história, teoria e métodos de uma disciplina**. 2008. 261 f. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. Administração pública, arquivos e documentação no Brasil: a

presença do Departamento Administrativo do Serviço Público nas décadas de 1930 a 1950. In: MARQUES, Angélica Alves da Cunha.; RODRIGUES, Georgete Medleg; SANTOS, Paulo Roberto dos. **História da arquivologia no Brasil: instituições, associativismo e produção científica**. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2014. 224 p

SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. A institucionalização da arquivologia no Brasil e a reforma administrativa no primeiro governo Vargas (1935-1945). **Revista Brasileira de História**, v.38, n.78, p.121-146, ago. 2018.

SHERA, Jesse H.; EGAN, Margareth E. Exame do estudo atual da documentação. In: BRADFORD, S. C. **Documentação**. Tradução M. E. de Mello e Cunha. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961, 292 p.

SILVA, Armando B. Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda. **Das “ciências” documentais à ciência da informação: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular**. Porto: Afrontamento, 2002. 174 p.

SILVA, Eliezer Pires da. **Memória e discurso do movimento associativo na institucionalização do campo arquivístico no Brasil (1971-1978)**. 2013. 130 f. Tese (Doutorado em Memória Social) - Centro de Ciências Humanas e Sociais, UNIRIO, Rio de Janeiro, 2013.

TESSITORE, Viviane. **Como implantar centros de documentação**. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, 2003. (Projeto Como Fazer, 9).

TESSITORE, Viviane. Arquivos e centros de documentação: um perfil. In: ALMEIDA, J. R.; ROVAI, M. G. (org.) **O. Introdução à História Pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011. p.161-175.

THE PLACE OF DOCUMENTATION IN DEBATES ON TREATMENT OF ARCHIVE DOCUMENTS IN BRAZIL

Abstract: *This article aims to present the understanding of the concept of archiving, based on Paul Otlet's publication *Traité de documentation* (1934), translated into Portuguese in 2018 (*Documentation Treaty*). It also aims to clarify how the idea of documentation came to Brazil and how it entered the Archival Science area. This is historical and documentary research, which uses as a privileged source the aforementioned work as well as its reception by the educational programs of the Administrative Department of the Public Service (DASP) and by the university courses in Archivology from the 1970s. Archival documents were addressed in Paul Otlet's proposal, the work is justified by bringing to the debate elements whose studies in Archival Science are scarce and may contribute to the strengthening of the area.*

Keywords: *Archival Science. Archivology. Documentation. Information Science.*

Originals recebidos em: 10/04/2019

Aceito para publicação em: 04/09/2019

Publicado em: 31/12/2019